

000-70

Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Edital Pregão Presencial nº 23/2018 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE LUMINÁRIAS PÚBLICAS LED PARA EFICIENTIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS/MG

Impugnante: PROLUX ILUMINAÇÃO EIRELI - ME

Apresentou impugnação em 11/05/2018, aos termos do edital epigrafado de forma tempestiva, o licitante PROLUX ILUMINAÇÃO EIRELI - ME conforme prazos estabelecidos no item 3.7 do edital e na forma da lei.

Após recebimento da impugnação, a Pregoeira encaminhou à Secretaria Municipal de Obras Públicas, para análise e emissão de parecer técnico acerca das alegações do recorrente, que se manifestou da seguinte maneira:

Eis o sucinto relatório. Segue o parecer.

1. Eficiência Energética

No questionamento realizado pela empresa Prolux Iluminação Eireli ME, foram observados os valores estipulado pela portaria nº 20 do INMETRO de 2017, em que o texto da norma utiliza eficiência luminosa (ou eficiência energética) para realizar uma classificação das luminárias, sendo que as luminárias que apresentam eficiência luminosa maior ou igual a 100lm/W são classe A, porém a portaria não estabelece que as luminárias devem apresentar esta eficiência luminosa, a eficiência luminosa é utilizada na portaria como forma de classificação. O cálculo da eficiência luminosa é realizado pelo projeto luminotécnico aliado à redução do consumo de energia.

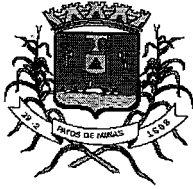
Para realizar a substituição de luminárias convencionais vapor de sódio por LEDs, devem ser observadas alguns aspectos, enumerados a seguir:

1. Projeto luminotécnico, em que é definido a quantidade de lumens que a luminária deve possuir para atender aos requisitos de iluminância (lux) da NBR 5101, de acordo com o tipo de via;
2. Viabilidade econômica e energética das luminárias. Esta viabilidade se dá em relação à potência instalada comparada com a nova potência.
3. Calcula-se a eficiência que a luminária deve oferecer dividindo a quantidade de lumens (lm) obtida em (1) pela potência (W) obtida em (2).

Para ocorrer um efetivo balanço energético, em que a substituição das luminárias gere uma redução de consumo ou no mínimo manter o mesmo consumo existente, a luminária deve possuir a mesma potência ou potência inferior à instalada. Com base na quantidade de lumens estipulado no projeto luminotécnico, calcula-se a eficiência que a luminária deve possuir.

Na cidade de Patos de Minas, várias avenidas possuem lâmpadas 125W e 150W, com iluminâncias muito inferiores ao estabelecido pela norma NBR 5101, portanto com base em projetos e análises econômicas, foi estabelecido que em alguns logradouros, a instalação de 150W em LED será mais viável para substituir as 150W existentes.

A empresa propõe que seja aumentada a potência requerida no edital, para atender ao fluxo luminoso que este fabricante consegue oferecer, porém ao aumentar a potência, inviabiliza-se a utilização dessas luminárias em diversas



000-718

Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitações

ruas da cidade, pois o consumo irá aumentar, não atingindo o objetivo pretendido.

A portaria nº 20 do INMETRO estabelece os critérios de classificação das luminárias, e os requisitos mínimos para obter tal classificação. A norma que rege os projetos luminotécnicos de vias públicas é norma NBR 5101, sendo assim cabe à administração verificar quais os requisitos necessários para atender à realidade do município, mesmo que estes devam apresentar qualidade superior.

Sabe-se ainda, que existem várias fabricantes que conseguem oferecer esta eficiência luminosa, inclusive fabricantes homologados na portaria nº 20 do INMETRO, portanto a base de preços da licitação foi feita a partir de luminárias que fornecem esta eficiência luminosa da luminária. As luminárias menos eficientes tendem a ser mais baratas, porém possuem um consumo de energia mais alto, o que faz com que sua aplicação em determinados logradouros seja inviável.

Sendo assim caso o município atenda a este questionamento, a aquisição seta inviabilizada, uma vez que o objetivo principal é a redução de consumo aliado ao aumento de fluxo luminoso. Ao reduzir a eficiência luminosa, como sugere o questionamento, a potência deverá ser aumentada para atender ao fluxo luminoso necessário, o que acarretará em aumento de consumo de energia em algumas avenidas.

Como cabe à administração verificar qual a melhor relação custo/benefício para o município, entende-se que esta solicitação não deve ser atendida.

2. Manutenção de fluxo luminoso

A empresa Prolux Iluminação Eireli Me realizou um questionamento confuso e equivocado deste item, sendo assim apresento algumas definições: O relatório IESNA LM-80 e da temperatura medida ISTMT, calculada conforme a TM21 serve para comprovar a manutenção do fluxo luminoso de 70% no final da vida útil. No questionamento da empresa alega que o município exigiu manutenção L80, de 80% do fluxo luminoso no final da vida útil. Contudo, na alínea "f", a exigência é de L70 70% no final da vida útil, e os relatórios solicitados são os mesmos propostos na Portaria nº 20 do INMETRO item **B.6.2.1.2**.

Após recebimento do parecer técnico, a Pregoeira encaminhou à Advocacia Geral do Município- AGM, para análise e emissão de parecer jurídico acerca das alegações do recorrente, que se manifestou da seguinte maneira:

Eis o sucinto relatório. Segue o parecer.

A Impugnação refere-se exclusivamente a matéria técnica afeta à área de engenharia.

Inclusive já analisadas pelo órgão requisitante

Após manifestação do Engenheiro Eletricista do Município Arceu Santos Cordeiro de Campos e da Advocacia Geral do Município, em indeferir a impugnação da licitante, o Secretário Municipal de Administração, Sr. José Martins Coelho, analisou os fundamentos de tal e DECIDIU pelo improvimento da impugnação, interposta pela licitante PROLUX ILUMINAÇÃO EIRELI - ME

f



000-728

Prefeitura Municipal de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Licitações

Comunica-se que, a impugnação recebida, o parecer da AGM e a Decisão do Secretário de Administração - Autoridade Superior foram juntados aos autos e estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, das 12:00 às 18:00 horas.

Patos de Minas, 14 de maio de 2018.


Juliana Silva Caixeta
Pregoeira